



Conferência ECONOMIA E GOVERNAÇÃO: DESAFIOS E PROPOSTAS

Comunicado final

1. Introdução

Teve lugar em Maputo, no dia 31 de Março de 2015, uma conferência subordinada ao título “Economia e Governação: Desafios e Propostas”, organizada conjuntamente pelo Centro de Integridade Pública (CIP), pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) e pelo Observatório do Meio Rural (OMR).

A conferência aconteceu num contexto político particular, marcado pelo discurso de tomada de posse do Presidente Filipe Nyusi, em 15 de Janeiro deste ano, que deu um sinal de grande abertura, nomeadamente em relação à sociedade civil e à academia.

A conferência pretendeu ser uma resposta ao espírito de inclusão, diálogo e consulta anunciado pelo Presidente e trouxe para o debate quatro temas centrais.

2. O primeiro tema dizia respeito à “Produção e segurança alimentar”. O debate realçou:

A agricultura e em particular os pequenos produtores e a produção alimentar não têm merecido a prioridade e a aplicação de políticas económicas e agrárias correspondentes à sua relevância na economia e na sociedade, sob diversas perspectivas. Consequentemente, o desempenho do sector no desenvolvimento tem-se revelado ineficaz. A produção *per capita* de alimentos tem tido uma tendência decrescente a longo prazo, a produtividade não aumenta, os rendimentos dos produtores, a pobreza e muitos indicadores sociais mantêm-se reveladores dessa realidade.

A evolução agricultura implica a sua integração no padrão de desenvolvimento global da economia, considerando a transformação sectorial, da economia e da sociedade. Estas transformações de longo prazo deverão estar assentes em sectores competitivos de produtividade elevada, ser ambientalmente sustentável, considerar as mudanças climáticas, a demografia e alterações das dietas alimentares, a emergência de sociedades grandes consumidoras com efeitos sobre os preços e mercados internacionais.

Considerando a baixa competitividade da agricultura comparativamente com outros sectores internos e com as importações de bens alimentares, os riscos acrescido do sector e o contexto internacional existe um consenso alargado que apenas os mercados não são suficientes para assegurar o crescimento do sector agrário e a sua transformação estrutura. A agricultura, por diferentes razões, incluindo de segurança e

estabilidade política e social, exige níveis de compromisso entre o Estado e o sector privado, entre o planeamento e os mercados, entre a maximização do lucro e da competitividade com objectivos não estritamente económicos. Vários estudos confirmam a importância da concepção de um desenvolvimento rural integrado que dinamize as relações intersectoriais locais e destas com padrões de acumulação articulados entre níveis espaciais num processo de transformação estrutura do conjunto da economia onde a agricultura é um dos seus componentes. Este modelo de desenvolvimento exige a qualificação e eficiência dos recursos públicos (orçamento corrente e de investimentos) nas áreas com maiores efeitos multiplicadores sobre a produção e produtividade (investigação, extensão, serviços à produção e infraestruturas produtivas), a revisão das políticas cambiais e alfandegárias, reflectir acerca de subsídios, fiscalidade e linhas de crédito, repensar a política de comercialização, mercados e preços e implementar medidas anti risco (calamidades naturais, volatilidade dos preços internacionais, etc.). No quadro do desenvolvimento rural integrado estudos revelam efeitos significativos da educação, saúde, da rede comercial rural e de infraestruturas de comunicações.

Compete ao Estado, através de políticas ajustadas e intervenções directas, promover esse desenvolvimento e facilitar a emergência de um tecido empresarial e de pequenos produtores competitivos, simultaneamente que aprofunda as suas funções regulatória e fiscalizadora.

3. O segundo e terceiro temas, tratou de “Questões de sustentabilidade e transformação macroeconómica e desafios de política pública” e “Dimensões multifacetadas de ligações em economia extractiva e política pública: empresas, recursos e sectores”. Os assuntos destacados foram as seguintes:

Embora a economia de Moçambique tenha expandido rapidamente e se tenha tornado numa das três mais atractivas para fluxos externos de capital privado na África Sub-Sahariana, a sua eficácia na redução da pobreza diminuiu significativamente e o endividamento público tornou-se uma das suas mais importantes dinâmicas de crescimento e de crise. Cerca de três quartos da taxa de crescimento do PIB e das exportações são determinados por uma dezena de grandes empresas intensivas em capital. Por outro lado, a pressão para a agricultura familiar absorver a força de trabalho e garantir a sua reprodução aumentou. Isto quer dizer que as actividades mais intensivas em trabalho não lideram o crescimento e transformação da economia, e as actividades líderes são intensivas em capital e não em trabalho. Emprego rural, sobretudo em torno da produção de commodities, é predominantemente eventual, mal remunerado e em difíceis condições de trabalho e de vida para os trabalhadores. Além de que tal economia se torna mais ineficaz a reduzir pobreza, mesmo que a taxa de crescimento acelere, o crescimento fica dependente da demanda externa por commodities, o que o torna volátil. Há, pois, indícios de bolha económica em Moçambique, isto é, de rápida expansão (insustentável) da economia com base em dívida e especulação, derivadas das estruturas, estímulos e inventivos da economia extractiva e da porosidade económica. A bolha económica em expansão cria incentivos especulativos que dificultam a mudança de estruturas e estímulos económicos, contribuindo para a volatilidade do crescimento económico, reprodução da pobreza e desigualdade, e a possibilidade de crise económica.

Romper com esta tendência de transformar o crescimento da economia nacional numa bolha especulativa é, pois, fundamental. Esta ruptura requer várias mudanças na abordagem da economia nacional. Primeiro, travar o crescimento da dívida pública, quer por via da mobilização doméstica de recursos sobretudo por via da renegociação dos contratos dos grandes projectos que já produzem rendimentos tributáveis, quer por via da revisão da qualidade e da alocação do investimento público, saindo das áreas mais caras e de menor impacto social e económico para as que mais facilmente possam reproduzir efeitos multiplicadores positivos na melhoria das condições de vida da grande massa da população moçambicana. Segundo, focar a política económica nos problemas a resolver em vez de nos recursos existentes. Recursos e meios são uma função das opções económicas. Neste contexto, parece ser fundamental focar na capacidade de

produzir e circular bens e serviços básicos de consumo a baixo custo, que permitam reduzir o custo de subsistência e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, multiplicar oportunidades de emprego diversificado e aumentar a produtividade do trabalho à escala nacional. Terceiro, diversificar e articular a base produtiva, quer para gerar mais oportunidades e reduzir a volatilidade da economia, quer para reduzir a dependência da economia na monocultura e no complexo mineral-energético, e ainda para substituir importações por via de ligações a montante e jusante. O desenvolvimento do mercado doméstico poderá ajudar a economia a sair da sua dependência em relação a dinâmicas de crescimento impostas de fora.

4. Em relação ao quarto e último tema, “Governança e Integridade em Moçambique: avanços para a transparência”, ressaltou-se:

Na área de governança e integridade numa perspectiva de transparência e combate à corrupção, houve importantes avanços, nos últimos anos, sob o ponto de vista legal, com destaque para a aprovação da lei das parcerias público-privadas, das leis de minas e petróleo e respectivas leis fiscais. Mas a transparência dos contratos é ainda bastante limitada. Na verdade, é em todo o sector de negócios do Estado incluindo as concessões e particularmente as parcerias público-privadas que operam num quadro de total falta de transparência. Portanto, a transparência dos contratos se impõe não somente no sector extractivo mas em todo o sector de negócios do Estado.

Em termos legais, há ainda importantes lacunas por serem preenchidas para a promoção de transparência na governação. Particular destaque vai para a função reguladora e fiscalizadora do Estado, por exemplo, no sector energético – onde ao invés de uma entidade reguladora, o governo criou pela Lei n.º 21/97, o Conselho Nacional de Electricidade, como um órgão consultivo do governo e de defesa do interesse público. Este órgão não satisfaz os desafios de conciliar a competitividade – com a entrada de actores privados – e a defesa do interesse dos consumidores.

Mas as leis não só devem existir como também carecem de uma aplicação coerente e completa, havendo casos onde o quadro legal é simplesmente ignorado, como por exemplo, a Lei 16/2012, que proíbe actividades partidárias nas instituições do Estado. Em certos casos, a deficiente aplicação de leis resulta de fracas capacidades e/ou falta de recursos, mas frequentemente, se identificam também problemas de práticas e de visão sobre o que constitui uma boa governação. Exemplos disso são os casos onde as parcerias públicas-privadas e empresas públicas parecem servir interesses privados em vez do interesse público.

Portanto, a falta de aplicação da legislação não resulta necessariamente dum défice técnico mas muitas vezes dum défice institucional que tem que ver com a vontade da liderança. Já é lugar-comum que o *procurement* público é a área de viabilização de interesses financeiros e empresariais da elite dirigente do Governo e da Administração Pública, onde o tráfico de influências e conflito de interesses são a nota dominante, num contexto onde o Tribunal Administrativo e o Parlamento não exercem adequadamente o seu poder de entidades fiscalizadoras.

A aprovação do pacote anticorrupção representa um significativo avanço no combate à corrupção que, no entanto, não tem conhecido grandes avanços por causa do enquadramento institucional do Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC). É que pelo actual figurino o GCCC não é uma entidade independente para combater a corrupção, por ser um órgão do Ministério Público e o seu Director ser designado pelo Procurador-Geral da República (PGR), que é nomeado pelo Presidente da República e a este deve prestar contas como prevê a constituição. Como tal, o Director do GCCC não tem garantias para o exercício do cargo podendo a qualquer altura ser removido do mesmo se não actuar segundo as ordens do PGR que presta contas ao PR. Igualmente, o PGR também não tem garantias constitucionais ou legais para o exercício do cargo e a sua permanência no mesmo deve depender de lealdades políticas.

5. Consideração final

Embora os temas debatidos na conferência sejam fundamentais para o desenvolvimento nacional, foi apontado um outro desafio, ainda mais básico e importante, que se coloca no momento actual: o das condições para a convivência pacífica entre todos os Moçambicanos. Existe uma consciência de que o espectro da violência armada por razões políticas ainda não está totalmente afastado do nosso horizonte próximo e que, por isso e porque o problema é de toda a sociedade, seria desejável que as partes em conflito criassem as condições para uma participação ampla de todos na procura das melhores soluções para uma paz efectiva, condição necessária para o desenvolvimento.